

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.266 - DF (2019/0356865-0)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : DANYELLA OLIVEIRA MARTINS (PRESO)  
**ADVOGADO** : GILSON AFONSO SAAD - DF040715  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por DANYELLA OLIVEIRA MARTINS contra acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0721710-05.2019.8.07.0000).

Consta dos autos que a recorrente – e outros 4 corréus – foi presa preventivamente e denunciada pela suposta prática do crime do art. 157, § 3º, II, c/c o art. 29, § 2º, ambos do Código Penal.

A recorrente obteve a liberdade provisória no dia 14/3/2019, sob o compromisso de comparecer a todos os atos do processo e de manter seu endereço atualizado, por decisão proferida pelo Tribunal *a quo* no HC n. 0703517-39.2019.07.0000.

O Magistrado singular decretou nova prisão preventiva da paciente, na audiência do dia 7/10/2019.

Contra a constrição cautelar insurgiu-se a defesa. Apesar de o Tribunal de origem considerar que os dois primeiros fundamentos, acima especificados, não eram suficientes para amparar o decreto prisional, denegou a ordem de *habeas corpus* com base na modificação das circunstâncias fático-processuais. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 191):

**HABEAS CORPUS. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA EM UM LATROCÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS DE CRIMES MAIS GRAVES. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.**

1. Justificada a evocação do artigo 312 do Código de Processo Penal para a decretação da segregação cautelar, com fundamento na garantia da ordem pública, em face da gravidade concreta das condutas, haja vista a existência de supostos fatos novos trazidos após as oitivas judiciais, em tese mais gravosos que a mera participação de

# *Superior Tribunal de Justiça*

menor importância da paciente em crime de latrocínio contra seu ex-companheiro (um crime), tendo o Magistrado “*a quo*” afirmado que a situação fática aponta, em tese, para dois crimes de competência do Tribunal do Júri (homicídios consumados), mediante ação preordenada, motivada por vingança. E mais, a douta Procuradoria de Justiça acrescentou haver a possibilidade de coautoria da paciente nos delitos de extorsão e ocultação de cadáver, em concurso de agentes.

2. Ordem denegada.

No presente recurso, a recorrente alega que a constrição cautelar não está devidamente fundamentada, uma vez que a paciente sempre contribuiu para o bom andamento da ação penal. Pontua as condições pessoais favoráveis da acusada como a primariedade, a residência fixa e o emprego lícito.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, com ou sem a aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, em síntese, o relatório.

A presente insurgência é mera reiteração do HC n. 546.674/DF, no qual, inclusive, foi apreciado e indeferido idêntico pleito liminar.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente o recurso em habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator